

## As fronteiras em tensão: uma análise histórica dos territórios e conflitos na zona agrária da Amazônia paraense

### The frontiers in tension: a historical analysis of territories and conflicts in the agricultural zone of the Amazon of Pará

### Las fronteras en tensión: un análisis histórico de territorios y conflictos en la zona agraria de la Amazonía de Pará

#### João Márcio Palheta da Silva

Geógrafo pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Doutor em Geografia pela UNESP. Professor-Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA. Professor Convidado do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) em Portugal.  
jmpalhetaufpa@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-0354-4639>

#### André Cutrim Carvalho

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP. Professor-pesquisador da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/NUMA/UFPA.  
andrecc83@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-0936-9424>

#### Christian Nunes da Silva

Doutor em Ecologia Aquática e Pesca, Mestre em Geografia, Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA) e Pesquisador do GAPTA/UFPA/CNPq.  
cnsgeo@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0001-7753-5394>

#### Adielson Correia Botelho

Doutor em Geografia Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor-Pesquisador da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.  
adielsonbotelho@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-2254-9742>

#### Adolfo da Costa Oliveira Neto

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – FGC/PPGEO/UFPA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará – UEPA. Pesquisador do GAPTA/UFPA/CNPq e Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).  
adolfoneto@ufpa.br / <http://orcid.org/0000-0003-0420-6295>

**Marcos Nicolau Santos da Silva**

Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor-  
Pesquisador do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia e do Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão – PPGGEO/UFMA.  
marcos.nicolau@ufma.br / <http://orcid.org/0000-0003-0311-4559>

**Recebido: 12/02/2024; Aceito: 18/02/2024; Publicado: 28/12/2024.**

**RESUMO**

Desde o seu descobrimento, a Amazônia brasileira tem sido palco das mais profundas transformações territoriais, incluindo a expansão das suas fronteiras, que tem repercutido, mesmo nos dias atuais, na formação da sua estrutura agrária. O presente artigo tem como principal objetivo, desta forma, realizar um breve histórico da produção do espaço agrário na Amazônia brasileira, com ênfase na fronteira da Amazônia paraense, explorando as territorialidades e os conflitos que surgiram a partir da segunda metade do século XX. Isso inclui o surgimento de novos atores sociais envolvidos nas disputas territoriais com os antigos atores pelo uso do território. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma análise de natureza exploratória e qualitativa, fundamentada em fonte secundária e em literatura específica. Portanto, a identificação da multiplicidade de conflitos, atores e sujeitos, indica que a fronteira continua sendo palco de disputa de múltiplos projetos territoriais, que, muito mais que modelos de desenvolvimento, representam propriamente paradigmas societários que concorrem, fazendo da Amazônia brasileira (e a Amazônia paraense) o centro de interesse mundial por um projeto de humanidade.

**Palavras-chave:** Amazônia; Fronteiras; Estrutura Agrária; Territorialidades; Conflitos.

**ABSTRACT**

Since its discovery, the Brazilian Amazon has been the scene of the most profound territorial transformations, including the expansion of its frontiers, which has had repercussions, even today, on the formation of its agrarian structure. The main objective of this article, therefore, is to provide a brief history of the production of agrarian space in the Brazilian Amazon, with emphasis on the frontier of the Pará Amazon, exploring the territorialities and conflicts that emerged from the second half of the 20th century. This includes the emergence of new social actors involved in territorial disputes with old actors over the use of territory. From a methodological point of view, this is an exploratory and qualitative analysis, based on secondary sources and specific literature. Therefore, the identification of the multiplicity of conflicts, actors and subjects, indicates that the frontier continues to be a stage for dispute between multiple territorial projects, which, much more than development models, actually represent competing societal paradigms, making the Brazilian Amazon (and the Amazon of Pará) the center of global interest in a humanity project.

**Keywords:** Amazon; Frontiers; Agrarian Structure; Territorialities; Conflicts.

**RESUMEN**

Desde su descubrimiento, la Amazonía brasileña ha sido escenario de las más profundas transformaciones territoriales, incluida la ampliación de sus fronteras, lo que ha repercutido, aún hoy, en la formación de su estructura agraria. El principal objetivo de este artículo, por tanto, es brindar una breve historia de la producción del espacio agrario en la Amazonía brasileña, con énfasis en la frontera de la Amazonía de Pará, explorando las territorialidades y los conflictos que surgieron a partir de la segunda mitad del siglo XX. Esto incluye el surgimiento de nuevos actores sociales involucrados en disputas territoriales con viejos actores por el uso del territorio. Desde el punto de vista metodológico, se trata de un análisis exploratorio y cualitativo, basado en fuentes secundarias y literatura específica. Por lo tanto, la identificación de la multiplicidad de conflictos, actores y sujetos, indica que la frontera continúa siendo un escenario de disputa entre múltiples proyectos territoriales, que, mucho más que modelos de desarrollo, en realidad representan paradigmas sociales en competencia, convirtiendo a la Amazonía brasileña (y la Amazonía de Pará) en el centro de interés global en un proyecto de humanidad.

**Palabras clave:** Amazonía; Fronteras; Estructura Agraria; Territorialidades; Conflictos.

---

## Introdução<sup>1</sup>

De início, é preciso ter conhecimento de algo muito importante: a atual configuração das fronteiras na Amazônia brasileira é um caleidoscópio de múltiplas territorialidades, reflexo de um conjunto de processos sócio-econômico-político-culturais históricos que se acirraram a partir, principalmente, da década de 1980, com a implantação dos grandes empreendimentos que recolocaram a região a serviço de um modelo de desenvolvimento centralizado e de matrizes internacionalizadas.

De fato, o fenômeno dos grandes empreendimentos associados às elites oligárquicas paraenses e aos pecuaristas desenvolveram territorialidades e conflitos diferenciados na produção do espaço urbano e agrário no Estado do Pará, na Amazônia brasileira, como observa Silva et al. (2018). Desta forma, estão expressos nas relações territoriais da Amazônia brasileira, os sistemas de objetos e os sistemas de ação, reproduzindo as relações sociais, como visto em Santos (2006), que provocam efeitos diferenciados na produção do espaço geográfico visto como um palco de interações envolvendo processos de negociação e antagonismos que costumam definir territorialidades e conflitos com finalidades específicas para cada categoria e atores sociais em questão, sejam: a empresa, o Estado, os Movimentos Sociais, entre outros, como designa também Mello-Théry (2010).

Como pondera José de Souza Martins (1991), a origem dos conflitos na Amazônia é “espontânea” e não política, devido à intensa repressão desencadeada pelo Estado Brasileiro contra a ação dos grupos de esquerda no espaço agrário. Durante a década de 60-70, período da ditadura militar no Brasil, as disputas dos trabalhadores rurais nessa região emergiram não como fruto de uma organização política deliberada, mas sim, como uma resposta e manifestação de resistência à ação violenta de policiais e pistoleiros a serviço de grileiros e de grandes proprietários de terras na região, uma situação amplamente reportada pela imprensa brasileira nos dias atuais.

Ainda segundo Martins (1993), os trabalhadores rurais encontravam-se diante de duas situações: ou aceitavam a expulsão ou reagiam para não morrerem. Assim, pelo

---

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado a partir dos resultados do Projeto de Pesquisa intitulado “Modelagem Ambiental dos Impactos Territoriais da Mineração na Amazônia Paraense”, convênio nº 021/2022, da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), com recursos provenientes do Projeto “Mapeamento dos Impactos Territoriais dos Grandes Empreendimentos de Mineração na Amazônia Brasileira (2010/2020)”, oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“isolamento” político devido à repressão militar e às crises ideológicas dos partidos de esquerda, e com a multiplicação dos conflitos agrários na região pela posse e uso do território, esses trabalhadores tinham a Igreja Católica como único canal mediador. Como repercussão (in)direta dessa situação, no ano de 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que reunia católicos e luteranos, com um caráter especial de defesa, já que o problema dos conflitos agrários era, e continua sendo, também político em um regime de exclusão dos trabalhadores rurais.

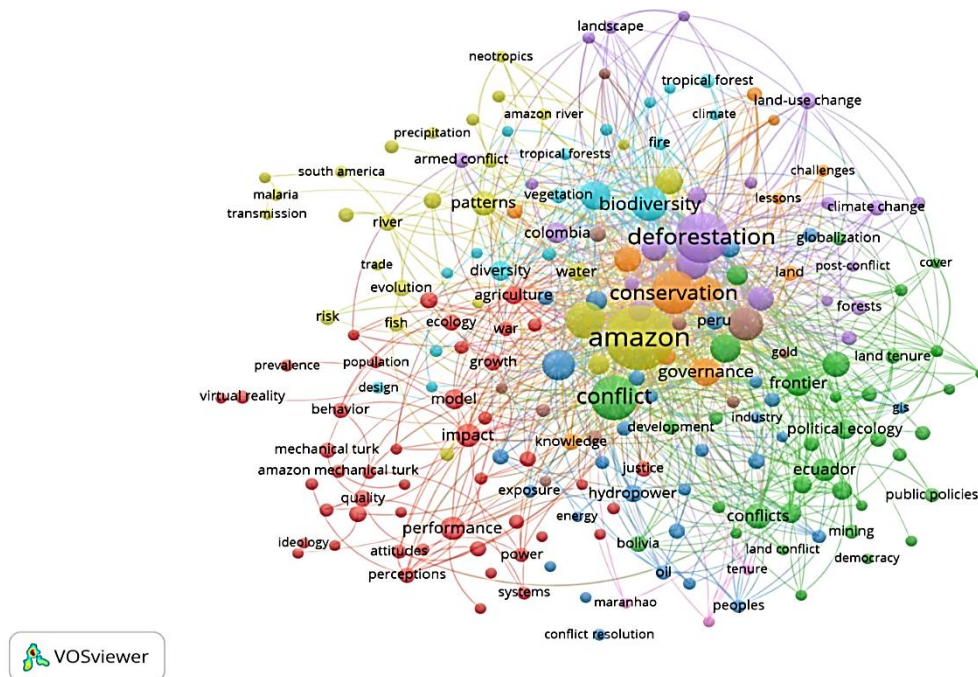
O conceito de fronteira discutido por Martins (1997) transcende a noção de uma simples linha divisória entre territórios. Para o autor (1997), a fronteira é também um espaço dinâmico de interação, conflito e transformação social, cultural e econômica. Especialmente nas áreas rurais do Brasil, que são locais de constante transformação, onde diferentes grupos sociais e culturais se encontram e interagem, muitas vezes gerando tensões, mas também possibilitando a formação de novas dinâmicas econômicas, territorialidades, identidades e práticas sociais.

Atualmente no Estado do Pará, as regiões sul e sudeste são consideradas, para os defensores dos direitos humanos, causas sociais e ambientais, as áreas mais violentas do estado e duas das mais violentas do Brasil, como atesta os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde categorias de atores novos e antigos continuam a se transformar e a manter suas existências diante de um novo processo de produção do espaço, estimulado pela exploração de recursos minerais por grandes empresas, que conectam esses lugares à globalização econômica internacional.

Essa multiplicidade intensificou e tornou mais complexas as disputas territoriais e, consequentemente, a conflitualidade e os tipos de conflitos na região. Um levantamento da produção acadêmica sobre os conflitos na Amazônia, tomando como referência os artigos publicados na base de dados da *Web of Science*, pesquisados desde outubro de 2021, e organizados por meio da Figura 1, mostram uma correlação de forças desiguais, o que nos permite ter uma dimensão dos distintos projetos e das múltiplas disputas existentes na Amazônia, epicentro dos conflitos na fronteira, principalmente com o fenômeno do desmatamento em curso.

A Figura 1, que apresenta trabalhos com as palavras-chave “*Amazon*” e “*Conflict*” em todos os campos, foi construída com base em uma pesquisa realizada em outubro de 2021, identificando a ocorrência mais antiga em 1974, como confirma o trabalho de Brooks (1974). Os *clusters* formados trazem à tona múltiplas gerações de conflitos na Amazônia que, também são repercussões das várias facetas do modo de produção capitalista na região e, consequentemente, das inúmeras formas de resistir e recriar-se no território de fronteira.

**Figura 1 – Multiplicidade dos conflitos na Amazônia na produção científica: desde 2021**



**Fonte:** Web of Science. Elaboração: os autores via software de processamento VOSviewer.

Ao todo, foram encontrados 986 registros, entre artigos e livros, distribuídos nas áreas destacadas na Figura 2. As Ciências Ambientais lideram com 124 registros, seguidas por Estudos Ambientais com 108; na área de Ciência da Computação, os métodos teóricos representam 76 registros, enquanto a Inteligência Artificial (IA) possui 62; as ciências sociais interdisciplinares e a ecologia também são significativas, com 71 e 69 registros, respectivamente. Destaca-se ainda a presença de estudos em Engenharia Elétrica, Sistemas, Informação em Ciência da Computação e Geografia, demonstrando a diversidade e interdisciplinaridade dos trabalhos.

**Figura 2** – Distribuição das publicações por grandes áreas: desde 2021



**Fonte:** Web of Science. Elaboração: os autores.

Na atual conjuntura, porém, existem pelo menos outras três dimensões fundamentais para entender a complexidade territorial na Amazônia brasileira, especialmente na Amazônia paraense, que corresponde ao território da unidade federativa do Estado do Pará: 1º) A emergência do debate ambiental em escala global; 2º) A intensificação do *land grabbing* como estratégia de avanço da fronteira do agronegócio (*agrobusiness*); e 3º) Retomada das lutas sociais e ressignificação dos projetos protagonizados pelos povos da floresta, em sua multiplicidade, que tomam como base o tripé vida-território-coletividade.

Como um verdadeiro caleidoscópio, o território na Amazônia – resultado da disputa de diversas frações do capitalismo entre si e com os sujeitos locais –, torna-se um campo onde, recriando-se, constroem-se projetos territoriais tendo como base a multiplicidade e, muitas vezes, o desrespeito às diversas formas de vida. Esses projetos utilizam o território tanto como base quanto como projeto e, por fim, promovem a redescoberta do coletivo, ou comum, como defendido por Dardot e Laval (2017), como fundamental da sociabilidade em um processo que denominamos de “aprendizagem territorial”, como visto nos trabalhos de Oliveira Neto et al. (2017) e Oliveira Neto et al. (2021).

Diante desse complexo processo de utilização do território e das diferentes territorialidades, quais caminhos os conflitos pelos usos dos territórios no espaço agrário paraense percorrerão? Na prática, percebe-se que os discursos proferidos pelos governos

brasileiros, do passado e do tempo presente, escondem algumas das principais questões não debatidas e necessárias: uma reforma agrária justa e séria, além da devida apropriação dos recursos naturais dos territórios pelas sociedades da fronteira para o seu uso e como condição primordial de suas territorializações e existências socio territoriais.

Feito esse preâmbulo, o presente artigo tem como objetivo fundamental realizar um breve histórico da produção do espaço agrário na Amazônia brasileira, com ênfase na fronteira da Amazônia paraense. Pretende-se discutir, ainda, as territorialidades e os conflitos que emergiram a partir da segunda metade do século XX, incluindo o surgimento de novos atores sociais que entraram em disputa territorial com os atores tradicionais pelo uso do território. Para alcançar esse objetivo, urge adotar como procedimento metodológico uma análise de natureza exploratória e qualitativa, fundamentada em fonte secundária e em literatura específica.

Na seção seguinte, será apresentada a questão dos conflitos territoriais como uma herança histórica e persistentemente problemática no espaço agrário fronteiriço da Amazônia brasileira e paraense, mesmo no contexto atual.

## **Conflitos territoriais como herança histórica e persistente no espaço agrário da fronteira na Amazônia brasileira e paraense**

A fronteira agrícola amazônica, em especial a paraense, durante as décadas de 1950 e de 1960, foi composta essencialmente por posseiros e por fazendeiros em uma ocupação que teve os rios como eixo de penetração no território. A partir do final da década de 1950, o Estado brasileiro começa a preparar a região para receber os futuros investimentos, com a construção de estradas, rodovias e a apropriação privada de terras devolutas, criando estratégias de ocupação do território através das agências de financiamento, como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953.

No ano de 1966, o governo militar instituiu um conjunto de leis e decretos-leis que passou ser conhecido como: “Operação Amazônia”, e que tinha como premissa viabilizar a expansão do capitalismo no amplo espaço da fronteira amazônica brasileira. No começo de 1967, as principais instituições que iriam caracterizar a chamada “Operação Amazônia” já se encontravam juridicamente convertidas em forma de lei ou decreto-lei.

Pandolfo (1994, p. 54 *apud* Carvalho, 2021, p. 26) argumenta que foi mobilizado um vasto elenco de instrumentos legais e medidas administrativas que incluíram:

[A] Lei nº 5.122, de 22/08/1966, transformando o Banco de Crédito da Amazônia, em Banco da Amazônia S. A – BASA, expandindo a sua esfera de ação; Lei nº 5173, de 27/10/1966, dispondo sobre o Plano de Valorização

Econômica da Amazônia, extinguindo a SPVEA e criando, para substituí-la, a atual SUDAM; Lei nº 5.173, também, de 27/10/1966, que reformulou e ampliou a política de incentivos fiscais para a região; Decreto-lei nº 288, de 28/03/1967, alterando disposições da lei que criou a Zona Franca de Manaus e regulando o seu funcionamento.

Carvalho (2012, p. 73) recorda que o processo de abertura da fronteira foi tenso e conflituoso:

A abertura da fronteira amazônica ocorreu de forma tensa, entre as décadas de 1966-1979, através dos projetos pecuários beneficiados pelos incentivos fiscal-financeiros da SUDAM e dos projetos de colonização agrícola conduzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Na realidade, “(...) a intenção da “Operação Amazônia” foi nitidamente a militarização do planejamento do desenvolvimento regional na região, produto da geopolítica da segurança nacional engendrada pelo General Golbery do Couto e Silva”, como defende Carvalho (2005, p. 20-21). Essa reestruturação institucional, jurídica e, principalmente, econômica exigiu a criação de uma “nova” Amazônia dentro do país: a Amazônia Legal, que incorporou uma parte da Região Nordeste (uma parte do Maranhão) e outra parte da Região Centro-Oeste (uma parte de Mato Grosso)<sup>2</sup>.

A “Operação Amazônia” conseguiu engendrar com isso um processo de ocupação demográfica direcionada às fronteiras, fundamentalmente para as capitais Belém (no Pará) e Manaus (no Amazonas), a partir de 1960, sob o impulso de políticas econômicas macrorregionais do Estado nacional. A consequência dessa política foi um intenso movimento migratório do Nordeste e do Sul para a região Norte, sobre o Pará e o Amazonas, e o avanço do capital na região.

A análise de Lúcio Flávio Pinto (1980, p. 83), por sua vez, destaca que: “(...) entre 1960 e 1972 os minifúndios diminuíram proporcionalmente, mas o surgimento das empresas maiores segundo as dimensões estabelecidas pelo Estatuto da Terra, realizou-se em condições latifundiárias”. Nesse contexto, o Estado brasileiro, através da colonização oficial, e da colonização particular, que impulsionou a criação de novas territorializações, associou-se ao capital privado para organizar o espaço geográfico amazônico.

Surgem, assim, empresas agropecuárias, os fazendeiros individuais, os pequenos produtores, grileiros, entre outros, o que fez com que se acelerassem o ritmo dos conflitos de terra na Amazônia. No Pará, os principais projetos integrados foram nos municípios de

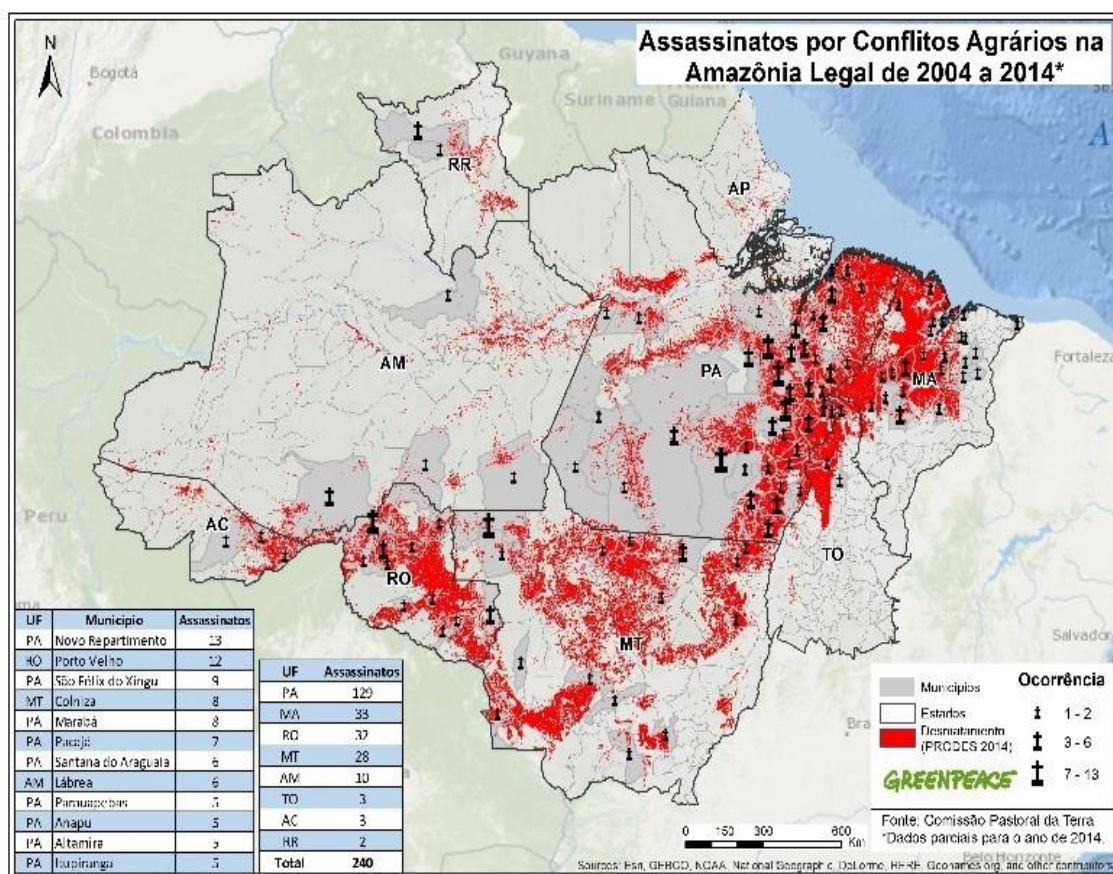
---

<sup>2</sup> De acordo com o IPEA (2008), a Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão.

Monte Alegre, Altamira, Itaituba, Marabá; um projeto particular em Tucumã; e os projetos de assentamentos dirigidos como Carajás II e III. Para Pinto (1980, p. 83), em relação ao espaço agrário amazônico: “A ocupação histórica da Amazônia já tinha produzido muitas distorções fundiárias que continuaram se agravando com a colonização atual”.

Como reflexo da realidade conflituosa na região amazônica, os casos de assassinatos, vinculados à ocupação de terras, se intensificaram, como evidencia a Figura 3, que espacializa os casos de assassinatos na região nos últimos anos na Amazônia Legal, principalmente no período 2003 a 2014. Nota-se que os assassinatos ocorridos na região amazônica, ilustrados por meio da Figura 3, demonstram que os movimentos sociais de resistência na luta pela posse e uso da terra continuam engajados contra a presença do grande capital expropriador na região, sejam estes articulados ou não pelos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

**Figura 3 –** Assassinatos por Conflitos agrários na Amazônia Legal: 2004 a 2014



**Fonte:** Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2014 *apud* MST, 2015).

De fato, os conflitos estão relacionados aos processos de usos diferenciados do território e confronto com os grandes empreendimentos da pecuária, do agronegócio ou

grandes projetos mineradores. No período de 2004 a 2014, a antiga área de abrangência do Programa Grande Carajás (PGC), aparece como a região onde mais ocorreram assassinados ocasionados por conflitos agrários, em uma região marcada pela presença dos grandes empreendimentos, dentre esses os de maior destaque na atualidade, os mineradores.

A territorialização dos conflitos agrários, em especial no Estado do Pará, tem sua espacialização mais concentrada na região sul e sudeste. Embora essa realidade seja em todo território nacional, no Pará essas regiões são consideradas, junto com o pontal do Paranapanema, em São Paulo, como a área mais violenta do país em se tratando de conflitos agrários. Nesse aspecto, a década de 1980 foi marcada por conflitos entre novos e antigos atores sociais. Nesse contexto, Lúcio Flávio Pinto (1980, p. 175) destaca que os:

“(...) litígios de terra no sul do Pará estão sendo resolvidos diretamente pelas partes envolvidas, que em vários casos não estão mais procurando a justiça e nem mesmo os órgãos oficiais encarregados das questões fundiárias devido à morosidade ou inépcia com que atuam nessa região”.

Ainda segundo o referido autor (1980), a morosidade por parte dos órgãos oficiais que são responsáveis pela questão fundiária da região em questão estimula e induz a geração de novos conflitos. Em sua análise, a resolução dos conflitos por partes dos “grupos econômicos são realizadas em negociações de cúpula”, diferenciando essa negociação quando são envolvidos posseiros que, segundo Pinto (1980), são indenizados ou expulsos de suas terras, em virtude da morosidade e desorganização do judiciário na época.

No sudeste paraense, a organização do espaço agrário vem seguindo a premissa de resistência à violência na luta pela terra imposta, principalmente, por grandes proprietários de terras no estado. Dessa forma, a maior expressão de organização e de resistência à violência e à expropriação dos trabalhadores rurais tem sido desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), implantado no Pará em 1989.

Na realidade, esse movimento já estava presente em outros estados antes de ser criado no Rio Grande do Sul, onde se tem territorializado suas reivindicações por meio da organização da luta pela terra. Isso inclui a organização de sua resistência e o estabelecimento de formas coletivas de produção agrícola.

O território paraense, principalmente as áreas de fronteira das regiões sul e sudeste, são historicamente áreas em que violências contra posseiros, peões, colonos, indígenas, religiosos e sindicalistas têm sido uma constante e têm se traduzido em conflitos com mortes na luta pela terra, além dos conflitos acirrados pelos grandes projetos na região, que

mudou a funcionalidade de muitos municípios que passaram a ficar dependentes das atividades de mineração e pecuária.

Nesse contexto, Carvalho (2017, p. 145) sintetiza o quão importante é a fronteira como categoria histórica ao lembrar que: (...) a fronteira costuma ser *o locus* do descumprimento das leis no âmbito de uma sociedade civil organizada e democrática, isto é, o lugar em que o aparato normativo e coercitivo do Estado se encontra ausente e, quando aí existe, está a serviço do capital

Do mesmo modo, em relação aos conflitos territoriais na Amazônia, existe uma concentração deles em espaços da predominância do agronegócio, seja em espaços dedicados para a produção de *commodities* agrícolas, seja em espaços dominados pela agropecuária, na sua maioria concentrada em grandes extensões latifundiárias. Mas há também conflitos nas áreas onde o extrativismo mineral está presente, onde há disputa pelos recursos naturais, como a água, ou pelo controle sobre as florestas e seus produtos, como no caso dos castanhais e seringais. Essas disputas refletem o já fragilizado equilíbrio entre desenvolvimento local e conservação ambiental, desafiando continuamente as políticas públicas de sustentabilidade na região.

Existe, ainda, os conflitos relacionados ao trabalho análogo à escravidão, as disputas pelas áreas preservação ambiental, o controle da atividade garimpeira e a contestação pelo reconhecimento dos territórios coletivos, sejam eles dedicados aos povos indígenas, quilombolas ou ribeirinhos, fazendo com que estes conflitos sejam protagonizados por uma quantidade enorme de sujeitos, como fazendeiros, garimpeiros, colonos, posseiros, castanheiros, indígenas, empresas de mineração, movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais<sup>3</sup> e o Estado, entre outros.

## **As diferentes territorialidades na fronteira da Amazônia paraense: o caso da região sudeste paraense**

Com o enfraquecimento do poder das famílias tradicionais a partir das décadas de 1960 e 1970, com a introdução de novos atores sociais, houve uma modificação nas estruturas político-sociais e econômicas do espaço agrário paraense, favorecendo a expansão de diferentes núcleos urbanos no Pará, como é o caso de Marabá, que contribuiu para o avanço das transformações político-econômicas em outras áreas adjacentes, como Parauapebas, Curionópolis, Eldorados dos Carajás, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, Tucumã, São Feliz do Xingu, onde se concentram os principais projetos de mineração da região.

---

<sup>3</sup> A este respeito, ver: Sobreiro Filho et al. (2021).

Durante várias décadas, as oligarquias (elites locais) dominaram as áreas que atualmente correspondem aos municípios na região sudeste paraense, criados em diferentes períodos de tempo. Antes da década de 1980, as atividades das oligarquias estavam ligadas somente à atividade extrativa no espaço agrário paraense. As famílias tradicionais, entre tantas outras, compunham ainda o poder local no campo, naquele momento, aliadas a diferentes empresas.

De um lado, os novos atores sociais capitalizados eram representados pelas empresas, os bancos, os pecuaristas, os madeireiros, os fazendeiros empresários e fazendeiros individuais, principalmente, vindos do sudeste do país. De outro lado, os atores sociais não-capitalizados eram constituídos dos muitos migrantes que vinham do Sudeste e, principalmente do Nordeste do país em busca de empregos e terras para cultivar e/ou dos diversos garimpos existentes na região amazônica. Estes muitos migrantes foram fundamentais para alterar as relações anteriormente comandadas e controladas hegemonicamente pelas oligarquias locais, modificando a situação sócio-político-econômica do espaço agrário paraense.

Um conjunto de processos favoreceu e intensificou a questão agrária na Amazônia. A sua área oriental é a mais representativa na cartografia dos conflitos agrários, e a luta pelo uso do território surge nas regiões sul e sudeste paraense, que são as áreas mais violentas. Merece destaque nesta análise a necessidade de distinguir os diferentes atores sociais que atuam no espaço agrário paraense, como os empresários, grandes e médios fazendeiros, trabalhadores rurais sindicalizados, trabalhadores rurais sem-terra, trabalhadores do SIMETAL e METABASE, garimpeiros, Igreja Católica, empresas de mineração e as ONGs, como sustenta Mello-Théry (2010).

Conforme já foi dito, desde 1970, empresários de diferentes setores, empresas de mineração, das madeireiras e banqueiros, entre outros, foram sendo atraídos para o Estado do Pará. Atores sociais como os madeireiros, fazendeiros empresários e fazendeiros individuais de grande e médio porte representam uma categoria que tem como economia principal a atividade madeireira e agropastoril. A partir da década de 1970, em uma das regiões mais violentas do país – na região do Araguaia-Tocantins –, muitos antigos proprietários de castanhais venderam terras aos empresários da madeira ou de setores variados e a fazendeiros de fora da região ou transformaram-se eles mesmos em pecuaristas, substituindo muitas vezes a extração vegetal da castanha pela extração madeireira e pela pecuária. O fortalecimento dessa categoria de fazendeiros pecuaristas serviu, também, para aumentar a disputa pelo poder político nos municípios.

Com o início da década de 1980, o número de fazendeiros cresceu consideravelmente, mormente no eixo das rodovias estaduais PA-275, PA-150 e na Estrada de Ferro Carajás (EFC). Os empresários interessados na compra de grandes extensões de terra deslocaram-se, essencialmente, de São Paulo e do Paraná, embora fazendeiros de Minas Gerais, Goiás, Bahia e Espírito Santo também tenham se instalado na região. Uma grande maioria de fazendeiros, oriundos de Minas Gerais e Espírito Santo, acompanharam o caminho seguido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), nesta porção da Amazônia. As grandes madeireiras vieram, por sua vez, do Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais.

Juntando-se aos grupos de grandes proprietários empresários e latifundiários, vindos de estados como de São Paulo, os grandes e médios fazendeiros provenientes de Minas Gerais, Goiás e Bahia, passaram a disputar com mais intensidade o poder político e econômico das áreas que ocuparam, lutando junto com as oligarquias pelo poder local. Assim, novos e velhos atores não raramente se uniam contra os atores sociais menos favorecidos economicamente na luta pelo controle das atividades socioeconômicas e pelo uso do território. Sobre essa questão, Carvalho (2021, p. 65) observa que:

No Estado do Pará, a ocupação econômica na fronteira reproduziu uma série de enfrentamentos em decorrência do encontro conflituoso entre duas frentes de ocupação: de um lado a frente de expansão e do outro a frente pioneira.

Martins (1979 *apud* Carvalho, 2021, p. 65) traz à baila importante definição sobre essas duas frentes:

A economia da frente de expansão representa uma economia de excedentes, da qual as famílias que fazem parte dessa frente produzem, principalmente, para a própria subsistência e, em um segundo momento, para a troca dos seus produtos excedentes em concordância com as necessidades que desejam obter pela via do comércio (mercado). Em contraposição, a frente pioneira é caracterizada por um movimento econômico, cujo resultado imediato é a incorporação de novas terras das regiões de fronteira à economia de mercado sob a égide do capital. A frente pioneira, deste modo, se apresenta como fronteira econômica, sendo assim precursora do ponto de vista do capital, já que é uma frente capitalista de ocupação territorial representada pelos grandes fazendeiros, empresas agrícolas, grandes bancos, casas de comércio e de todo o aparato legislativo-institucional do Estado que se põe fortemente para mitigar essa hostilidade.

Em decorrência disso, esses novos atores sociais, fazendeiros empresários e fazendeiros individuais, formaram sindicatos patronais, como o Sindicato dos Produtores Rurais, o Sindicato dos Madeireiros e as Associações Comerciais e Industriais, organizando-se dessa forma não só para exercerem o controle das atividades produtoras e comerciais desses territórios, mas também, para conquistar e ocupar importantes postos no comando das relações sociais, políticas e econômicas, locais e estaduais.

## **O papel dos trabalhadores rurais organizados em sindicatos e dos trabalhadores rurais sem-terra na Amazônia paraense**

Do ponto de vista prático, os trabalhadores rurais têm como um dos canais de representação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as diferentes federações dos trabalhadores na agricultura. Além dos direitos do trabalho, os sindicatos rurais, lutam também pela definição de territorialidades, pelo acesso aos créditos e pela elaboração de instrumentos político-sociais que lhes sejam favoráveis; as organizações dos trabalhadores, também, se uniram aos outros atores como as ONG, a Igreja e partidos políticos pelas conquistas dos benefícios sociais.

As associações têm contribuído para o fortalecimento dos trabalhadores rurais, enquanto os sindicatos criados estendem seus serviços aos seus municípios-sedes. Os sindicatos rurais, por sua vez, continuam a ter um importante papel na organização dos trabalhadores rurais. Em relação às representações dos atores sociais, elas se fazem mais presentes nas sedes dos municípios, aos quais abrigam uma diversidade de sindicatos e associações, isso não impede que muitas dessas representações tenham atuação em outros municípios, visto que estes sindicatos e associações, muitas vezes, possuem representações fora de suas jurisdições, extrapolando os limites municipais.

Muitos municípios na Amazônia Brasileira possuem em seus territórios diversos movimentos sociais que lutam pelo uso e pela posse da terra, eles se apresentam de formas diversificadas como é o caso do MST. Esses movimentos são resultado do embate sociopolítico causado pela ausência de políticas públicas locais, que não levaram em consideração problemas que esses municípios recentes apresentam, como de falta de saneamento básico, falta de empregos e ausência de reforma agrária, etc. Apesar de se fazerem presentes no espaço agrário paraense, o grau de articulação deles com as autoridades locais é diferenciado. A presença do MST e dos movimentos associados à luta pela terra em geral é bem mais marcante que os demais movimentos.

O MST, desde 1989, vem expandindo suas atividades para o Estado do Pará. Migrantes, provenientes principalmente dos estados de Goiás, Maranhão, Ceará e Pernambuco, contavam com o apoio de trabalhadores rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e aos esforços da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A primeira ocupação de terras realizada pelo MST ocorreu em 1990, seguida pelo estabelecimento do primeiro assentamento do movimento em 1992, no município de Conceição do Araguaia (Pará) – região sudeste.

Nessa ocasião, 100 famílias ocuparam uma parte da fazenda Ingá, enquanto outra parte da mesma fazenda já estava ocupada por posseiros. Estes vinham resistindo à violência praticada por indivíduos contratados por fazendeiros da região, e representavam um obstáculo a grandes empresas latifundiárias que, com a abertura das estradas, se dirigiram para a região, acirrando os conflitos de terras com atores como os trabalhadores rurais e os povos indígenas.

O MST já conseguiu que algumas fazendas fossem desapropriadas pelo INCRA, as quais resultaram da luta pelo uso e posse da terra nas fronteiras da região. Dentre os seus principais objetivos estão o acesso à terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Na concepção de Fernandes (2000), entre a ocupação da fazenda Canarana em Conceição do Araguaia, em 1990, e sua conquista em 1993, o MST intensificou seus trabalhos na região e, em função dessa organização, ocorre uma perseguição em relação aos líderes do movimento. Em 1991, conforme Fernandes (2020, p. 202), as ações das polícias estaduais e federal, “cercaram a quadra onde estava localizada a secretaria e prenderam sete lideranças, acusando-as de serem guerrilheiros e de promoverem invasões de terras em série na região”.

A prisão de trabalhadores rurais foi um ato de inibição em relação ao movimento social, suscitando entidades de defesa dos direitos humanos (como a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH) contra as prisões consideradas arbitrárias dos líderes do movimento, havendo em contrapartida a essas medidas de retaliação, uma retomada na organização do movimento dos trabalhadores rurais. As ocupações de fazendas, consideradas pelo movimento como improdutivas, vinham sendo acompanhadas de violência por parte de policiais militares e pistoleiros nessa região. Os conflitos envolvendo trabalhadores rurais, pertencentes aos diferentes movimentos sociais no campo e fazendeiros fizeram com que o Governo Federal tomasse algumas medidas em relação à reforma agrária.

Fernandes (2000, p. 203) adverte que: “No dia 16 de julho, um ano e um mês depois das prisões, quinhentas e quarenta e oito famílias sem-terra ocuparam a fazenda Rio Branco, no município de Parauapebas, latifúndio de vinte e dois mil hectares, pertencentes aos Lunardelli”. Essa ocupação foi seguida de despejo, os policiais militares fizeram a desocupação no final desse mesmo ano, porém as famílias voltaram a ocupar a fazenda (1992), e o INCRA comprou 12 mil hectares para o assentamento dos sem-terra.

A territorialização do MST no Pará foi marcada pelos assentamentos na fazenda Ingá, e Canarana em Conceição do Araguaia, fazenda Rio Branco em Parauapebas e a fazenda Macaxeira em Eldorado dos Carajás (FERNANDES, 2000). O MST tem encontrado apoio em movimentos sociais urbanos e em ONG. Outro suporte importante

do movimento no município tem sido o da Igreja Católica, que tem desenvolvido papel significativo junto aos movimentos sociais no espaço agrário paraense.

Além disso, o MST – mais antigo movimento sem-terra organizado no território paraense – tem desenvolvido importante papel na organização dos trabalhadores com o propósito de ocupação de áreas a serem objeto de desapropriação. Nas áreas de assentamentos é estimulada a formação de associações e cooperativas controladas por trabalhadores rurais na tentativa de captar recursos e valorizar a produção agrícola no município.

## **A importância da Igreja católica e a resistência indígena na fronteira do espaço agrário paraense**

A importância da Igreja no meio rural já foi ressaltada anteriormente e tem marcado presença através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sua influência é antiga e está associada à luta dos posseiros pelo acesso à terra e mais recentemente ao apoio ao MST, ainda que indiretamente, nos acampamentos por ele promovidos. A importância da Igreja em geral, no espaço agrário paraense, é evidenciada por Peixoto (1992, p. 146), quando afirma que: “(...) ao conscientizar, organizar, mobilizar e formar lideranças, que vêm depois assumir militâncias sindicais e político-partidária, a Igreja desempenha uma função orgânica na luta política dos camponeses”.

A Igreja assumiu, então, um papel expressivo na organização dos movimentos sociais nessa região, criando através dos mecanismos citados por Peixoto, a luta de forma organizada pelos direitos dos trabalhadores rurais, contribuindo para fortalecer as suas atuações e se estabelecerem na região. Desde 1975, com a criação da CPT, a Igreja passou a assumir um papel mais intenso no apoio aos movimentos sociais, principalmente, como um canal defensor dos direitos dos trabalhadores rurais, participando das negociações que envolviam os movimentos sociais na região, mas não somente a Igreja assumiu o papel de organizador dos movimentos sociais, como dito por Peixoto (1992, p. 148): “hoje, os camponeses criaram suas próprias entidades, e a posição da Igreja não é mais a de carro-chefe”.

Neste momento, esse quadro de apoio da Igreja com a CPT ocorre juntamente com a Sociedade paraense dos Direitos Humanos (SPDDH), Partido dos Trabalhadores (PT), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), etc. Diante de uma nova realidade que envolve diferentes atores sociais, que não são somente os antigos donos de castanheiras, mas também empresas de mineração, bancos, empresários em geral e

fazendeiros vindos do Centro-Sul do país, alguns setores conservadores da Igreja tendiam a apoiar os atores hegemônicos.

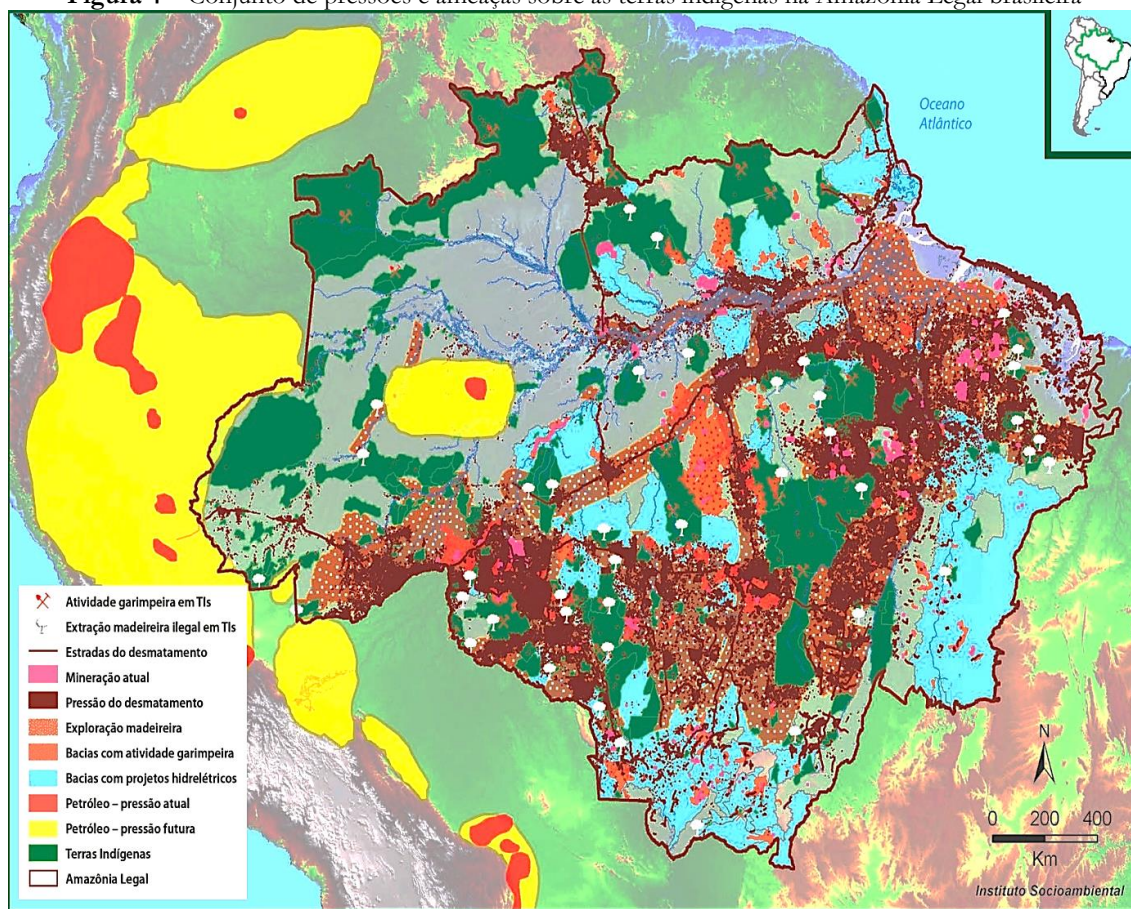
Contudo, uma parcela da Igreja assume a defesa de um conjunto de atores sociais, como os posseiros e os trabalhadores rurais sem-terra. Após o massacre de Eldorado, em 1996, por exemplo, parte da Igreja reforçou essa ajuda, participando ativamente no apoio às ações dos movimentos sociais no campo, movimento de bairros, etc. Além da CPT, outras pastorais atuam localmente, como a Pastoral da Criança e a Pastoral da Saúde. Assim, a Igreja e as Organizações Não-Governamentais assumiram papéis importantes junto aos movimentos sociais locais.

Conflitos envolvendo indígenas nas fronteiras do Estado do Pará são recorrentes, ocorrendo principalmente entre garimpeiros, posseiros, empresas de mineração, etc. Um exemplo marcante ocorreu em 1988, envolvendo indígenas, posseiros, fazendeiros e a empresa Vale S.A. Esse conflito resultou no primeiro assentamento realizado em área do polígono dos castanhais no sudeste paraense. A aliança entre índios e posseiros, formada para a desocupação das áreas indígenas ocupadas pelos posseiros, contou com a intermediação da Vale após a paralisação da ferrovia Carajás pelos indígenas.

Os conflitos envolvendo comunidades indígenas e empresas de mineração na década de 1990, eram frequentes, como relata Coelho (2000, p. 163): “(...) no início de 1999, os índios Xikrin interceptaram o acesso dos funcionários a algumas minas da companhia, como forma de pressionar a CVRD e a FUNAI”. Cota (1984), por outro lado, analisa o cenário de conflitos territoriais no sudeste do Pará, especialmente em torno da área de Carajás durante a implantação de projetos na década de 1980, e ressalta que a situação dos índios era vista como caótica por antropólogos atuantes na região, que criticavam o desconhecimento e o não reconhecimento das populações nativas nos projetos governamentais.

Para além desse episódio, o Novo Código da Mineração (BRASIL, 2023), também gera polêmicas sobre a exploração mineral em terras indígenas, refazendo e reacendendo conflitos entre usos diferenciados por partes dos atores sociais no território na Amazônia Brasileira, acirrados pelos deslocamentos de atividades que passam a pressionar os territórios indígenas como a exploração madeireira, o agronegócio, as atividades garimpeiras, as hidrelétricas e seu cobiçado subsolo pelas grandes empresas mineradoras, como atesta a Figura 4.

**Figura 4** – Conjunto de pressões e ameaças sobre as terras indígenas na Amazônia Legal brasileira



**Fonte:** Carneiro Filho e Souza (2009). Nota dos autores: foi incluída nos limites da Amazônia Legal toda a extensão dos municípios do Maranhão pertencentes a ela.

Além disso, a estrada de ferro da Vale, que atravessa a reserva Mãe Maria, e a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí foram projetos que, segundo temores indígenas, poderiam alterar suas relações e causar impactos socioambientais, com a hidrelétrica causando ainda o deslocamento de áreas indígenas dentro da antiga área do Programa Grande Carajás (PGC).

As nações indígenas têm realizado algumas formas de protesto para também pressionarem a demarcação de suas áreas em reservas indígenas e, assim, tentarem se proteger contra possíveis invasores em seus territórios, principalmente de garimpeiros e madeireiros, contra o processo de grilagem de terras – e mais recentemente pelo Novo Código da Mineração (BRASIL, 2023), há possibilidades de acirrar ainda mais esses conflitos.

Em relação aos movimentos sociais no campo, podemos dizer que esses movimentos, independente de quaisquer que sejam suas lutas e metas, estão redefinindo as relações sociopolíticas no espaço agrário paraense e, conseqüentemente, modificando a configuração socioespacial da região. É possível identificar, ainda, alguns atores sociais,

como os trabalhadores rurais, os fazendeiros, os garimpeiros, entre outros, que organizam-se para fazer o enfrentamento contra forças institucionais importantes, como é o caso do poder público federal, representado pelos atores institucionais como o próprio INCRA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); estadual, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA); e do poder municipal (prefeituras), entre outros, além do poder privado de distintas empresas, ordenando diferentemente os territórios a partir de suas territorialidades, diante de novas dinâmicas econômicas.

## **Dinâmicas de resistências na fronteira agrária da Amazônia paraense**

A expansão dos movimentos sociais locais ou de expressão local, em sua maioria, ocorre a partir de conflitos envolvendo forças contrárias aos seus anseios, sendo estas, muitas vezes, constituídas por determinados atores que se unem em torno de uma causa comum. Um dos resultados da força dos movimentos sociais tem sido a articulação entre diferentes atores sociais com o propósito de se definir ou redefinir a organização socioespacial dos municípios. Este é o caso do MST, que vem conseguindo territorializar trabalhadores rurais sem-terra presentes em diferentes municípios no território paraense.

Neste caso, as relações formais que são estabelecidas pelo INCRA, IBAMA, prefeituras, etc., pressupõem o município como território institucionalizado, enquanto as relações não-formais, movimentos sociais urbanos e movimentos sociais rurais, entre outros, desconsideram o município como território institucionalizado, graças às correlações de forças existentes em diferentes escalas nas quais negociam seus interesses diversificados.

As novas configurações territoriais que os diversos movimentos sociais promovem, resultantes daquelas oriundas das relações formais (executivo, legislativo e judiciário) e das não-formais, refletem novos arranjos entre poderes, que ora convergem ora divergem, num movimento de constante atração e repulsão de interesses, nem sempre negociáveis, mas que formam um campo de exercícios de poder e de resolução de direitos conflitivos.

A própria organização social e espacial do território paraense pode ser entendida como resultado dos diversos conflitos territoriais envolvendo diferentes atores sociais de exercício de poder diferenciado, que constituem arranjos de poderes desenhados e redesenhados antes e depois da criação de suas atuais configurações.

A organização do espaço agrário na fronteira da Amazônia paraense tem histórias diferenciadas, recentes ou não, mas as constituições de algumas forças sociais (compostas pelas oligarquias locais e, mais recentemente, pelos empresários e fazendeiros, empresas,

etc.) têm origem nas relações anteriormente estabelecidas. A criação de projetos ligados, principalmente às áreas de mineração existentes no Estado do Pará contribuiu para a aceleração das transformações municipais, que viveram uma espécie de “avalanche” populacional, com o aumento de problemas sociais e diversos conflitos envolvendo diferentes atores sociais.

Na Amazônia paraense, os conflitos agrários têm uma longa história, com a década de 1970 marcando uma fase de exacerbação das lutas no campo. Esses conflitos intensificaram-se durante a década de 1980 devido à complexidade dos diferentes atores sociais que impõem seus interesses e viabilizam suas ações. Os principais confrontos envolvem principalmente ex-garimpeiros, trabalhadores rurais sem terra e sem empregos formais, confrontando-se com fazendeiros da região e diferentes empresas, destacando-se a presença da Vale na Região de Carajás (SILVA, 2013).

Um desses conflitos ocorreu, em 1996, onde um grande grupo de trabalhadores rurais iniciou uma caminhada com destino à Belém, quando, no trecho correspondendo ao município de Curionópolis, fizeram uma manifestação pela desapropriação da fazenda Macaxeira, na qual desejavam ser assentados. Na altura do município de Eldorado dos Carajás, os sem-terra em passeata bloquearam a rodovia PA-150. A abordagem adotada pelos policiais militares, deslocados tanto de Parauapebas quanto de Marabá para conter a resistência dos trabalhadores rurais, consistiu em uma intensa descarga de tiros de metralhadoras, resultando em dezenove (19) mortes e diversos feridos, todos trabalhadores rurais.

Este episódio, além de destacar as deficiências históricas do Estado na resolução de conflitos, continua a evidenciar, até os dias atuais, a persistência dessa incapacidade. A solução encontrada pelo Governo Federal, na época, foi de enviar para a região o Exército Brasileiro (EB), que reaparece como um ator institucional recorrente, que outrora se fez presente em Serra Pelada, quando da militarização do garimpo na década de 1980 (CPT, 2016).

Nas últimas décadas, em diferentes municípios da Amazônia paraense, houve um aumento significativo de mão-de-obra de trabalhadores sem-terra e sem emprego na região. Trabalhadores sem perspectiva de dias melhores procuram se aliar aos movimentos sociais pela posse e uso da terra nesses municípios e, em suas adjacências. O trabalho escravo tornou-se recorrente e um elemento presente no espaço paraense, uma forma de violência praticada contra trabalhadores rurais que são, na maioria das vezes, aliciados pelos famosos “gatos” para fazendas no Pará onde são submetidos a forma análoga à escravidão.

Durante os anos de 1988 a 1998 ocorreram 5.463 casos de trabalho escravo (CPT, 2015). Em pleno século XXI, práticas de violência como esta se fazem presentes e continuam a acontecer, mesmo com denúncias e combates pela sociedade civil organizada, como a SDDH, e demonstram que o problema da reforma agrária é muito mais complexo do que pensa o Governo Brasileiro.

Em relação aos movimentos sociais, no que diz respeito à questão da violência no campo, segundo dados da CPT, em seu Relatório Anual dos conflitos no Campo de 2014, relacionou-a de acordo com as seguintes classificações: 1º) Terra, onde destaca: conflitos por terra e ocupações retomadas; 2º) Trabalho, destacando o trabalho escravo; 3º) Água, destacando os conflitos pelo uso da água. Cabe ressaltar ainda que no relatório da CPT foram relacionados inúmeros casos de trabalho escravo no Pará, com um número de 132 trabalhadores libertos em condições análogas a escravidão. Os municípios de Capitão Poço, Paragominas e Xinguara, forma os municípios destaques neste cenário de violência contra trabalhador rural (CPT, 2015).

É por isso que no Brasil a expansão da frente pioneira agropecuária na região amazônica, quando colocada justaposta ao avanço da frente de expansão de base camponesa, acabou criando uma zona de conflitos territoriais e de conflagração social, resultando em condições análogas à acumulação primitiva de capital. A acumulação primitiva do capital, também chamada de acumulação prévia ou originária, é um processo histórico precedente a acumulação capitalista, “uma acumulação que não é o resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”, como enfatiza Marx (1984, p. 261).

Este processo tem sido fundamentado por meio de uma série de métodos violentos, baseados na expropriação de terras, inclusive, os quais estabeleceram as bases essenciais para o desenvolvimento da produção capitalista nas fronteiras da Amazônia. Carvalho (2021, p. 60) afirma que:

Essa lógica de acumulação do capital, que adentrou nos territórios das fronteiras das “Amazônias”, separou o homem da terra, ou seja, a natureza tornou-se um recurso a ser explorado, além de trazer consigo a acumulação primitiva do capital, o processo de desterritorialização das comunidades tradicionais e, sobretudo, os conflitos por territórios nas terras da região.

Atualmente, como defende Carvalho (2012), a fronteira tem desempenhado a função de “válvula de escape”, um mecanismo para reduzir as tensões e os conflitos agrários no território do Estado do Pará. Não obstante, mesmo com essa configuração, tem tido uma forte tendência de aumento da concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, o que torna a busca pelo desenvolvimento nas fronteiras da Amazônia

brasileira, em especial a paraense, algo muito complexo. Ela é, portanto, um processo considerado primitivo porque acontece antes da realização do capital e do seu modo de produção correspondente, o modo de produção capitalista. Para Marx (2013, p. 786 *apud* Carvalho, 2021, p. 20):

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação do produtor e o meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Nesse contexto, em relação aos conflitos envolvendo questões da terra, segundo o relatório da CPT (2015), o município de Marabá, no ano de 2014, apresentou o maior número de famílias envolvidas em conflitos por terra, em um total de 1.300, nos municípios paraenses, segundo o relatório da CPT, que envolveram indígenas, sem-terra, quilombolas, ribeirinhos.

Esses conflitos na região de Marabá fazem parte de um cenário histórico de expropriação desses atores sociais. Em 1996, iniciou-se a ocupação da fazenda Cajazeiras por 90 famílias, e um grupo de 200 trabalhadores rurais ocupou a fazenda Gameleira, ambas em Parauapebas; no começo do ano de 1997, como resultado dessa última ocupação, foram registradas duas mortes de trabalhadores rurais, segundo relatório da Diocese de Marabá; já em Curionópolis, aproximadamente 700 famílias ocuparam o chamado complexo Macaxeira, um conjunto de 13 fazendas com cerca de 42.000 hectares, onde 04 fazendas foram desapropriadas, sendo que o restante foi considerado como produtivo pelo INCRA.

Assim, o número de trabalhadores rurais assassinados em conflitos agrários no Estado do Pará, de acordo com a base de dados da CPT de 1964 a 1995, saltou para 665 trabalhadores. Analisando-se o período que vai de 1991 a 1996, só na Diocese de Marabá, foram registradas 46 ocupações, com um total de 45 mortes e 8.198 famílias envolvidas. O relatório de conflitos no campo de 2014, da CPT, destaca os conflitos por terra no Estado Pará envolvendo 8.159 famílias e, 132 casos de trabalho escravo, no mesmo ano. Ou seja, um retrato da predominância visceral do processo de acumulação primitiva em pleno século XXI.

Os movimentos sociais que organizam as ocupações nos diferentes municípios paraenses podem ser entendidos como parte de um contexto complexo que resultou em

diversos conflitos territoriais no espaço agrário paraense. Em relação aos conflitos no campo, no ano de 1996, no Pará ocorreram 72 conflitos relacionados à luta pela terra; envolvendo 8.286 famílias onde a grande maioria aconteceu na região sul/sudeste do Pará, principalmente no corredor Parauapebas/Xinguara, onde ocorreram 25 conflitos pela posse e uso da terra (CPT, 1996).

Em relação à propriedade de terras relacionadas aos quilombos, que são grupos de atores sociais, estes têm resistido de diferentes maneiras, há décadas, à expropriação imposta por fazendeiros, empresas, o Estado e outros agentes. Como destacado anteriormente, conflitos de terras são uma constante na história da produção da fronteira paraense, um conjunto de medidas foi tomado pelo Estado para ocupar a região amazônica e, em especial o território paraense merece destaque pelo número de casos de violência contra trabalhadores rurais ocorridos em sua história.

Não só os movimentos sociais se organizam para lutar pelos seus direitos, buscando uma reforma agrária socialmente mais justa, mas também os fazendeiros se organizam para evitar o avanço dos movimentos sociais no campo. Dentro dessa forma de lutar pelos seus direitos vem surgindo as mais diferentes formas de organização no território paraense (TRECCANI, 2001).

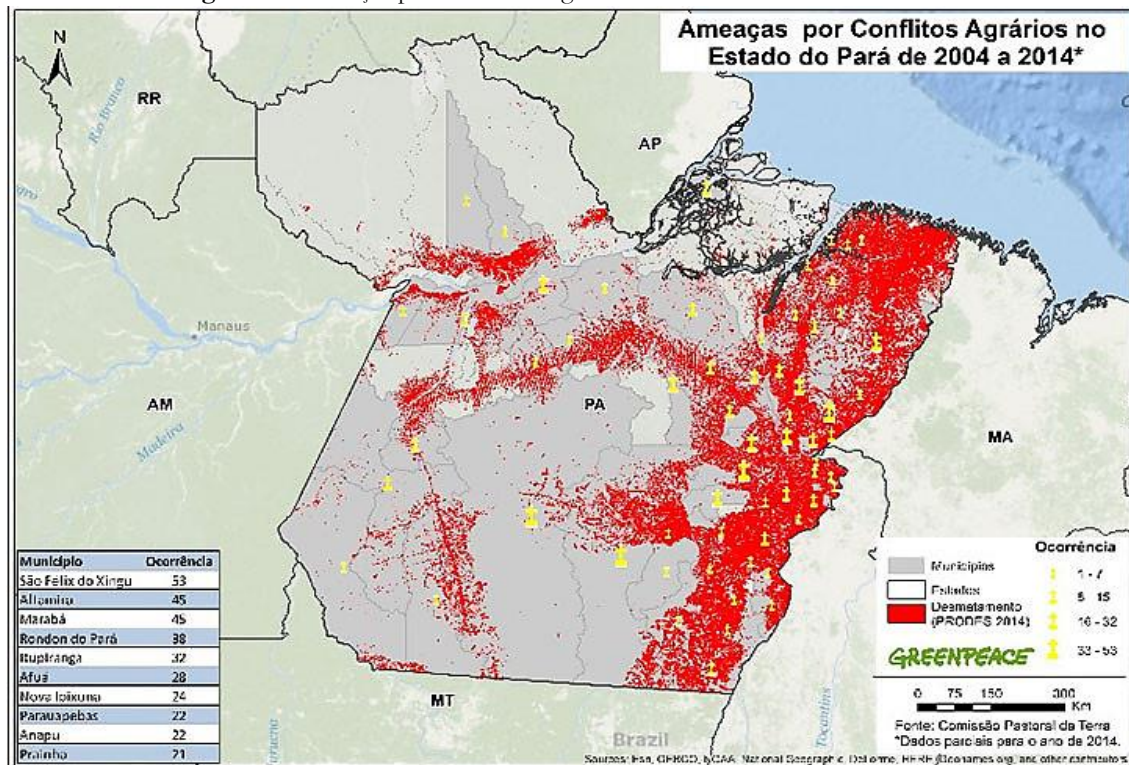
Entre os anos de 1964 e 1998, ocorreram 183 inquéritos resultantes de 703 mortes no Pará, o que demonstra a morosidade da justiça paraense para apurar um dos principais meios de violência na questão da terra, com a morte de trabalhadores rurais, se destacando a região sul/sudeste paraense como uma das principais onde se expressa a violência contra a vida de seres humanos (CPT, 1996).

Entre 1985 e 1996, ocorreram no Pará 14 chacinas, envolvendo 93 mortos de um total de 195 mortes em todo Brasil (CPT, 1996). Em 1998, o quadro da violência contra pessoa foi a seguinte no Pará: ocorreram 44 conflitos com 69.651 pessoas envolvidas; 12 assassinatos; 03 tentativas de assassinatos; 11 ameaças de mortes; 06 agredidos fisicamente; 43 presos; e 09 lesões corporais. No mesmo ano, os conflitos pela terra relacionados à violência contra a posse e propriedade foi a seguinte para o Estado do Pará: 37 conflitos de terra; 13.872 famílias envolvidas; 80 famílias vítimas de expulsão; 131 vítimas de despejo judicial; 400 vítimas de ameaça de despejo; 37 vítimas de ameaça de expulsão; 123 vítimas de destruição de casa; 81 vítimas de destruição de pertences.

Já em 1999 ocorreram 86 conflitos de terra em relação à violência contra a posse e propriedade, envolvendo 13.615 famílias; 120 famílias vítimas de expulsão, 2.684 vítimas de despejo judicial; 1.003 vítimas de ameaça de despejo; 710 vítimas de expulsão, 270 vítimas de destruição de casa; 107 vítimas de destruição de roça; 40 vítimas de destruição de pertences. Esses conflitos permanecem marcantes no território paraense, principalmente

quando se observa o conteúdo contido na Figura 5, referente às ameaças de conflitos agrários na região no período de 2004 a 2014:

**Figura 5 – Ameaças por Conflitos Agrários no Estado do Pará: 2004 a 2014**



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2014 apud MST, 2015).

No ano de 2014, segundo dados da CPT (2015), houve 296 denúncias relacionadas a trabalho escravo e superexploração no Estado do Pará, resultando na libertação de 132 trabalhadores do processo análogo ao trabalho escravo; já em relação aos casos de violência contra pessoa ocorreram 9 mortes; 28 tentativas de assassinato; 32 ameaças de morte; 1 tortura; 3 presos e 46 pessoas agredidas em conflitos de terra no espaço paraense. Os dados da Tabela 1, tendo como base o Centro de Pastoral da Terra - Regional Nordeste 2 (CPT-NE2), indicam a escalada da violência, assim sendo, da acumulação primitiva, na Amazônia Legal no período 2020 a 2021.

**Tabela 1 – Violência contra ocupação e a posse na Amazônia Legal: 2020 e 2021**

| <b>Violência Contra Ocupação e a Posse na Amazônia Legal</b> | <b>2020<br/>(jan./ago.)</b> | <b>2021<br/>(jan./ago.)</b> | <b>Aumento %</b> | <b>% do Total do Brasil</b> |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| Contaminação por agrotóxico                                  | 1.997                       | 1.802                       | Reduziu 11%      | 80% do total                |
| Desmatamento ilegal                                          | 19.448                      | 18.816                      | Reduziu 3%       | 92% do total                |
| Despejo judicial                                             | 401                         | 764                         | 90,52%           | 56% do total                |
| Destruição de casa                                           | 651                         | 1.458                       | 123,96%          | 73% do total                |
| Destruição de pertences                                      | 2.109                       | 4.133                       | 95,96%           | 72% do total                |
| Destruição de roçados                                        | 789                         | 1.120                       | 41,95%           | 44% do total                |
| Expulsão                                                     | 35                          | 477                         | 1262,85%         | 70% do total                |
| Grilagem                                                     | 11.517                      | 25.302                      | 119,69%          | 93% do total                |
| Impedimento de acesso às áreas de uso coletivo               | 31                          | 3.455                       | 11045%           | 80% do total                |
| Invasão                                                      | 51.372                      | 51.809                      | 0,84%            | 91% do total                |
| Pistolagem                                                   | 3.738                       | 9.477                       | 157,48%          | 78% do total                |

**Fonte:** CPT-NE2 (2021).

Sobre esses dados, a CPT-NE2 (2021) afirma que:

Em relação à violência contra a ocupação e a posse na região, os números são alarmantes. 93% do total de famílias vítimas de grilagem de janeiro a agosto de 2021 foram na Amazônia. Além disso, mesmo com uma leve redução de 3% nos dados de desmatamento ilegal, a região ainda responde por 92% das famílias impactadas por esse tipo de crime. 91% do total de famílias que tiveram seus territórios invadidos foi na Amazônia, bem como 80% das famílias impedidas de acessarem as áreas de uso coletivo e 78% das famílias vítimas de pistolagem. As famílias vítimas de contaminação por agrotóxicos na Amazônia, mesmo com uma redução de 11% em relação ao ano anterior, ainda correspondem a 80% do total de famílias vítimas desse tipo de crime no Brasil.

Esses fatos demonstram o acirramento dos conflitos pelas dinâmicas econômicas e pelo contexto histórico de planejamento dissociado da realidade amazônica, especialmente a paraense, pelas diferentes territorialidades e, pelo atual processo de produção e organização econômica do espaço agrário fronteiriço paraense, a tendência é o aumento desses conflitos.

Ademais, a presença crescente de grandes investimentos na região amazônica, especialmente no Pará, tem gerado um acirramento expressivo dos conflitos entre o grande capital, que se estabelece de forma avassaladora e muitas vezes desconsidera as particularidades locais dos ecossistemas e das sociedades amazônicas.

Esta última vem sendo impactada pelas políticas públicas de forma indireta e, frequentemente, torna-se refém desse processo de exploração dos recursos naturais na região. Esse cenário coloca em xeque o desenvolvimento regional, uma vez que a falta de integração entre o planejamento econômico e a realidade amazônica, especialmente a paraense, tem gerado tensões cada vez mais intensas com a parte mais fragilizada do processo: a floresta e seus povos.

## Considerações Finais

O espaço vivido no território paraense é um espaço de lutas e resistências dos atores sociais pela posse e uso da terra. É um espaço das representações desses atores, no qual as práticas traduzidas nas ocupações e reivindicações pela terra dos trabalhadores rurais, indígenas, garimpeiros, posseiros, sindicatos, fazendeiros, empresas de mineração, entre outros que lutam pelo uso diferenciado do território utilizam esse espaço de representações como expressão e mobilização da luta pela posse e uso da terra no Pará.

Os legisladores municipais de hoje, diferentemente da década de 60-70 em que a oligarquia agrária dominava, são oriundos de diferentes categorias, principalmente os profissionais liberais como os médicos e comerciantes locais. Isto demonstra o surgimento de novos representantes políticos de grupos de fazendeiros, comerciantes, médicos, funcionários de empresas de mineração, farmacêuticos, funcionários públicos, etc., que passaram a comandar as decisões político-administrativas em diferentes municípios, muito embora a oligarquia ali representada por antigos fazendeiros, também continue a eleger seus representantes.

Além disso, a predominância dos comerciantes na Câmara, em parte, pode ser explicada pelo tipo de atividade em que determinados municípios têm a maior parte de sua população economicamente ativa ocupada, embora as antigas oligarquias, que acompanharam as transformações no espaço agrário paraense, se rearticulem com as novas atividades econômicas e vêm se organizando para manter papéis ativos na vida municipal.

É interessante notar que os comerciantes tendem a se transformar em importantes proprietários de terra. Há predominância dos comerciantes nessa dinâmica fundiária, já que o comércio é a principal atividade em muitos municípios, embora também apresente funcionários públicos, estudantes, farmacêuticos, etc., como outras categorias presentes no município e que disputam o poder legislativo.

Dentre os novos atores sociais localmente importantes, podemos destacar também as grandes empresas como a Companhia Vale, os grandes e médios fazendeiros, comerciantes, os madeireiros, os movimentos sociais, sindicatos além de várias ONGs presentes na Amazônia paraense. Esse cenário, gerado sobretudo pelas políticas territoriais destinadas a Amazônia, criou um modelo baseado na exploração dos recursos naturais, principalmente com a mineração, e seu conjunto de sistema de objetos que foi gerado a partir da conexão da escala local a internacional, com o sistema mina-ferrovia-porto, acirrando ainda mais os conflitos pelo uso do território.

Os conflitos dos dias atuais, embora dimensionados pelo sistema de globalização econômica e pelas novas dinâmicas que produziram diferentes territorialidades, continuam provocando embate entre a sociedade da “modernização dolorosa” presente no território paraense e as comunidades tradicionais. A tendência com a multiplicação de recursos advindos, notadamente para ampliação da exploração mineral, é o acirramento dos conflitos.

Nesse contexto, novas formas de organização contra o sistema de exploração em larga escala surgem, como o movimento dos atingidos pela mineração. Esse movimento marcará um novo confronto entre os grandes projetos mineradores e a sociedade local no sudeste paraense, unindo diferentes atores atingidos pela atividade e adotando diferentes formas de intervenção nos territórios ocupados pela sociedade do sul e sudeste paraense.

O avanço da fronteira decorre dos movimentos das pessoas e das atividades econômicas que acabam transformando, integrando e ampliando novas relações sociais em bases capitalistas do espaço ocupado, ou em processo de ocupação territorial. É claro que este avanço deve ser visto dentro da dinâmica cíclica capitalista, mas com a diferença crucial de que o ciclo de acumulação e apropriação do excedente pode ocorrer simultaneamente em diversas fronteiras.

A atual fragmentação da floresta amazônica, em uma paisagem formada de pequenos recortes, tem contribuído para a redução da biodiversidade por uma ampla variedade de mecanismos, entre eles a prática do desmatamento, exploração madeireira e de mineração, muitas delas realizadas de forma ilegal, criminosa e, na maior parte das vezes, nas áreas de fronteira. Isso é assim porque a estrutura destas sociedades nos territórios fronteiriços costuma ser “dominada” e “influenciada” dentro dos termos que a ideologia do capital impõe, inclusive recorrendo a métodos de acumulação primitiva.

Portanto, a identificação da multiplicidade de conflitos, atores e sujeitos, indica que a fronteira continua sendo palco de disputa de múltiplos projetos territoriais, que, muito mais que modelos de desenvolvimento, representam propriamente paradigmas societários que concorrem, fazendo da Amazônia brasileira (e a Amazônia paraense) o centro de interesse mundial por um projeto de humanidade.

## Referências

BRASIL. **Novo Código da Mineração**. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2023.

BROOKS, Edwin. Frontiers of ethnic conflict in Brazilian Amazon. **International Journal of Environmental Studies**, v. 7, n. 1, p. 63-74, 1974. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00207237408709674>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo; SOUZA, Oswaldo Braga de. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2009. Disponível em:  
<<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/I4L00018.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2024.

CARVALHO, André Cutrim. **A dinâmica do capital e o avanço da fronteira no Pará**: uma perspectiva de compreensão histórica a partir da “Operação Amazônia” em 1966-1979. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em:  
<[https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2021/2021\\_CARVALHO\\_A\\_NDRE DISSERTACAO.pdf](https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2021/2021_CARVALHO_A_NDRE DISSERTACAO.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARVALHO, André Cutrim. Frontiers and Economic Institutions in Brazil: an approach focused on the new institutional economics. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 1, p. 125, mar. 2017. Disponível em:  
<<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5225>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARVALHO, André Cutrim. **Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento florestal na Amazônia paraense**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em:  
<[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285926/1/Carvalho\\_AndreCutrim\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285926/1/Carvalho_AndreCutrim_D.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARVALHO, David Ferreira. Globalização, federalismo regional e o desempenho macroeconômico da Amazônia nos Anos 90. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio selecionados sobre a economia da Amazônia nos anos 90**. Belém: UNAMA, 2005.

COELHO, Maria Célia Nunes; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes; FENZL, Norbert. **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: Editora NAEA, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo – Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo – Brasil 2015**. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo – Brasil 1996**. CPT Nacional - Brasil, 1996.

CENTRO DE PASTORAL DA TERRA - Regional Nordeste 2 (CPT-NE2). **Dados parciais da CPT**: Violência contra ocupação e a posse, assassinatos de sem-terras e mortes

em consequência dispararam em 2021. CPT-NE2, 2021. Disponível em: <<https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/5711-dados-parciais-da-cpt-violencia-contr-a-ocupacao-e-a-posse-assassinatos-de-sem-terras-e-mortes-em-consequencia-dispararam-em-2021>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COTA, Raimundo Garcia. **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. O que é? Amazônia legal. **Desafios do desenvolvimento**, ano 5, n. 44, 2008.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: – São Paulo: Hucitec, p. 179, 1993. v. 1.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do Capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Amazônia**: a fronteira agrícola 50 anos depois. São Paulo: Editora Annablume; FAPESP, 2010.

MOVIMENTO, DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Plano Nacional do MST**: 1989 a 1993. – Caderno de formação. – São Paulo: MST, n. 17, 1989. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-17-plano-nacional-do-mst-1989-a-1993/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Dez anos após Dorothy Stang, o sangue ainda corre na floresta**. 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/02/11/dez-anos-apos-dorothy-stang-o-sangue-ainda-corre-na-floresta>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

OLIVEIRA NETO, Adolfo; SOBREIRO FILHO, José. Aprendizagem Territorial na Amazônia ribeirinha: primeiras aproximações. In: SOUZA, Dayane Viviane; VASCONCELOS, Maria Eliane; HAGE, Salomão Antônio (Org.). **Povos Ribeirinhos da Amazônia**: educação e pesquisa em diálogo. Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA NETO, Adolfo; SOBREIRO FILHO, José; PAULA, Cristiano Quaresma de; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Aprendizagem territorial, educação e resistências no campo e na cidade**. Belém: UFPA, 2021.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira**: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: CEJUP, 1994.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia**: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.

PEIXOTO, Rodrigo. Ação cultural e contestação política entre a Igreja Católica e os camponeses: um estudo na região de Marabá. In: LÉNA, Philipe et al. (Org.). **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2006.

SILVA, João Márcio Palheta da. **Território e mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SILVA, João Marcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa; NASCIMENTO, Flavio Rogério. Conflitos pelo uso do Território na Amazônia Mineral. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; PAULA, Cristiano Quaresma de (Org.). **Ofensivas & resistências**: ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Belém: UFPA, 2021.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem**: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: ITERPA/ UFPA, 2001.

#### Como citar:

#### ABNT

PALHETA DA SILVA, J. M. [et al.]. As fronteiras em tensão: uma análise histórica dos territórios e conflitos na zona agrária da Amazônia paraense. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e25536, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25536>>. Acesso em: 28 dez. 2024.

#### APA

Palheta da Silva, J. M. [et al.]. As fronteiras em tensão: uma análise histórica dos territórios e conflitos na zona agrária da Amazônia paraense. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e25536, 2024. Recuperado em 28 dezembro, 2024, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25536>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.  
Copyright © 2024, Universidade Federal do Maranhão.

